

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE REGISTRO DE OPORTUNIDADE

Registro de oportunidade – Definição TCU Acórdão nº 2.569/2018:

Quando surge a necessidade de contratar uma solução de TI, a Administração Pública consulta os fabricantes e revendedores para obter esclarecimentos perante as soluções disponíveis no mercado. Boa parte dos fabricantes adota, no Brasil, o modelo de comercialização indireta, na qual a venda ocorre por intermédio de revendedores. Ao envolvê-los, há tendência de que os preços sejam maiores do que se não houvesse intermediários nas negociações, pois esses revendedores têm que obter lucro.

Com o intuito de evitar conflitos entre os canais de vendas e para obter maior controle perante o mercado, alguns fabricantes disponibilizam meio para os revendedores informarem o início de uma negociação com determinada organização. Normalmente, o primeiro revendedor que efetua tal registro obtém privilégios para manter o relacionamento, fazendo com que outras vendas ligadas ao mesmo fabricante não se envolvam em negociações com a mesma organização. Tal prática é denominada registro de oportunidade.

O revendedor que possui o registro de oportunidade investe para viabilizar a venda da solução de forma privilegiada, isto é, sem interferências de outros revendedores. Um exemplo de investimento é a disponibilização de recursos humanos e materiais para que a organização realize provas de conceito.

Esses investimentos, normalmente, sensibilizam o fabricante a conceder descontos diferenciados para o revendedor com registro de oportunidade sobre o valor padrão da licença como recompensa. Portanto, a concessão desses descontos para o revendedor detentor do registro de oportunidade faz com que outros revendedores não tenham capacidade de participar de forma competitiva nos certames.

Esse cenário leva à realização de licitações com falsa competição, pois o revendedor que possui o registro de oportunidade oferece o menor preço e os demais participam do certame como figurantes. Coloquialmente usa-se a expressão "dar cobertura" para definir a participação dos revendedores sem registro de oportunidade.

Considerando as definições acima expostas, a empresa: (Razão Social), inscrita no C.N.P.J sob o nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)..... portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº..... e do CPF nº.....**DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no item 1.7 do Anexo da Instrução Normativa Nº 1, de 4 de abril de 2019, que para o certame em questão não ocorreu o registro de oportunidade junto ao fabricante.

Em,.....de.....de 20....

(assinatura do representante legal)



Emitido em 27/09/2022

PEÇA DOCUMENTAL Nº 41/2022 - SETI (10.53)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 13:32)

GEOVANO LAGO QUATRIN

TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

DIAPL (10.53.05.01)

Matrícula: ###931#4

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 13:34)

GIOVANI ZANDONAI

ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO

DIAPL (10.53.05.01)

Matrícula: ###884#4

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 13:34)

JEFFERSON CARAMORI

DIRETOR - TITULAR

DITI (10.53.05)

Matrícula: ###294#0

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 13:42)

LUCAS RODRIGUES PIOVESAN

TECNICO EM AUDIOVISUAL

ADM - CL (10.38.05)

Matrícula: ###292#2

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 14:04)

RENATO TONELLO

ADMINISTRADOR

DCD (10.46.04.02)

Matrícula: ###687#7

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: **41**, ano: **2022**,
tipo: **PEÇA DOCUMENTAL**, data de emissão: **27/09/2022** e o código de verificação: **43159e04f3**